



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº 13857000145/00-09
Recurso nº 158088 Especial do Contribuinte
Acórdão nº 9303-001126 – 3ª Turma
Sessão de 27 de setembro de 2010
Matéria Ressarcimento de IPI
Recorrente Tecumseh do Brasil Ltda
Interessado Fazenda Nacional

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração: 01/01/2000 a 30/03/2000

CRÉDITO PRESUMIDO DO IPI.

BASE DE CÁLCULO INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA. EXCLUSÃO. O incentivo denominado “crédito presumido de IPI” somente pode ser calculado sobre as aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, sendo indevida a inclusão, na sua apuração, de custos de serviços de industrialização por encomenda.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da 3ª TURMA DA CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS, Pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso especial. Vencidos os Conselheiros Nanci Gama, Luciano Lopes de Almeida Moraes, Leonardo Siade Manzan, Maria Teresa Martínez López e Susy Gomes Hoffmann, que davam provimento. Fez sustentação oral o Dr. Daniel dos Santos Porto, OAB/SP nº 234.239, advogado do sujeito passivo.

Henrique Pinheiro Torres – Presidente Substituto

Gilson Macedo Rosenberg Filho - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Luis Marcelo Guerra de Castro (Substituto convocado), Nanci Gama, Judith do Amaral Marcondes Armádo, Luciano Lopes de Almeida Moraes (Substituto convocado), Leonardo Siade

assinado digitalmente em 16/11/2010 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Assinado digitalmente em 16/11/2010 por GILSON MACEDO ROSENBERG FILHO

Emitido em 02/12/2010 pelo Ministério da Fazenda

Manzan, José Adão Vitorino de Moraes (Substituto convocado), Maria Teresa Martínez López, Susy Gomes Hoffmann.

Relatório

Trata-se de recurso do Sujeito Passivo, fls. 233/263, contra o Acórdão nº 2201-00105 da Segunda Câmara da Seção do CARF, cuja ementa foi assim vazada:

ASSUNTO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI

Período de apuração 01/01/2000 a 30/03/2000

CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI. GLOSA DECADÊNCIA Não ocorrência em virtude da Súmula nº 7 do antigo 2º Conselho de Contribuintes

CRÉDITO PRESUMIDO DE IPI INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA

A industrialização efetuada por terceiros realizada na matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem utilizados nos produtos exportados pelo encomendante agrega-se ao seu custo de aquisição para efeito de gozo e fruição do crédito presumido do IPI relativo ao PIS e a COFINS previsto na Lei nº 9 363/96

Recurso negado

O recorrente pleiteia pela prescrição intercorrente, bem como pela inclusão na base de cálculo do crédito presumido do IPI dos serviços de beneficiamento prestados por terceiros.

O recurso foi admitido parcialmente, subindo a este Colegiado apenas a matéria referente aos serviços de beneficiamento prestados por terceiros, nos termos do despacho nº 3400-777, fls. 318/319.

A Fazenda Pública apresentou contrarrazões às fls. 322/334.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro GILSON MACEDO ROSENBERG FILHO, Relator

O recurso foi apresentado com observância do prazo previsto, bem como dos demais requisitos de admissibilidade. Sendo assim, dele tomo conhecimento e passo a apreciar.

A questão a ser decidida por esse Colegiado diz respeito a possibilidade de inclusão do valor dos serviços prestados correspondentes à industrialização por encomenda na base de cálculo do crédito presumido do IPI.

Sobre esse tema, percuciente é a lição do conselheiro Antonio Bezerra Neto, que peço vênha para transcrever e utilizar como fundamento de meu voto:

A Lei n.º 9 363, de 1996, que introduziu o benefício em tela, previu, em seu art. 1º, que o crédito presumido de IPI, como ressarcimento das contribuições para o PIS e para a COFINS sejam incidentes “sobre as respectivas aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo” (g.n.).

PROCURADOR GERAL DA FAZENDA PÚBLICA DO BRASIL - GILSON MACEDO ROSENBERG FILHO

Assinado digitalmente por GILSON MACEDO ROSENBERG FILHO.
Emitido em 02/12/2016 pelo Sistema de Assinatura Digital.

*Em razão dos termos em que vazada a aludida norma, qualquer interpretação que se lhe empreste não deve afastar-se das seguintes premissas: por primeiro, que os insumos utilizados no cômputo do benefício devam ser **adquiridos**, ou seja, **comprados** de outro estabelecimento, resultando de uma operação comercial de compra e venda mercantil, não de serviços, como é o caso em comento; segundo, que sejam efetivamente utilizados na produção de produtos exportados, no estabelecimento adquirente; terceiro, como se trata de direito excepto, não comporta interpretação ampliativa, pois os benefícios tributários devem ser interpretados restritivamente, já que envolvem renúncia de receitas públicas.*

Em relação à primeira das premissas, na operação realizada pela contribuinte não há qualquer aquisição de matéria-prima, vez que já pertencia ao estabelecimento encomendante no momento do envio para industrialização por encomenda. A aquisição da matéria-prima se deu, portanto, em momento anterior à remessa para industrialização

O custo do beneficiamento realizado por terceiro deve ser contabilizado como “Gastos Gerais de Fabricação”, não como incremento do valor da matéria-prima, não podendo ser incluído no cálculo do crédito presumido. O montante despendido por tal pagamento não deve entrar no cômputo do benefício, mesmo porque a operação de envio e retorno se dá com suspensão do IPI, conforme sublinhado na Nota MF/SRF/COSIT/COTIP/DIPEX n.º 312, de 3 de agosto de 1998

Aliás, não há razão para que os custos dos insumos que não se enquadram no conceito de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem não sejam agregados quando utilizados pelo encomendante, quando a operação de industrialização se dá em seu próprio estabelecimento, mas, ao contrário, sejam agregados quando a industrialização se dê por encomenda. Ora, “Onde há a mesma razão, há de se aplicar o mesmo direito”, diz o brocardo romano.

Com efeito, tratar-se-ia de situação no mínimo incongruente, para não dizer injusta, retirando a racionalidade das disposições legais que compõem o arcabouço normativo do IPI.

No tocante à última das premissas inicialmente delineadas, pois que, quanto à segunda, não há dissenso, importa destacar que há uma certa tendência à construção de exegeses que resultam, as mais das vezes, de considerações outras que não a propriamente jurídica, tal como as de natureza meramente econômica, tão costumeiramente encontráveis no dia-a-dia do julgador.

Em que pese o brilhantismo como tais teses são construídas, é preciso evidenciar que não cabe ao intérprete a tarefa de legislar, de modo que o sentido da norma não se pode afastar dos termos em que positivada, pena de, invadindo seara alheia, fugir de sua competência.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2010

GILSON MACEDO ROSENBERG FILHO